



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I-A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de medicina do trabalho e realização de serviços de homologações de atestados e Atestados de Saúde Ocupacional (acuidade visual, audiometria, admissional, periódico, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho), nos termos da Portaria Ministerial nº 3.214/78 e da Norma Regulamentadora nº 7, de acordo com as exigências e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo tem por objetivo detalhar a melhor solução para suprir uma necessidade essencial do município de São Geraldo – MG, que é realizar homologações de atestados e demais serviços relativos à medicina do trabalho e saúde ocupacional, tais como acuidade visual, audiometria, admissional, periódico, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho.

Tal necessidade vai de encontro com a obrigatoriedade do município em cumprir com normas legais, em especial com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, que exigem que todas as empresas e instituições, públicas ou privadas, implementem medidas de saúde e segurança do trabalho. Entre essas obrigações está a realização de exames médicos ocupacionais e a implementação de programas como o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Sabe-se que a medicina do trabalho é fundamental para prevenir acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Através de exames médicos periódicos, laudos técnicos e orientações, é possível identificar fatores de risco no ambiente laboral, contribuindo para a redução de acidentes, afastamentos e doenças relacionadas ao trabalho.

Por meio de exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e demissionais, é possível garantir um acompanhamento contínuo da saúde dos servidores, assegurando que estejam aptos a desempenhar suas funções sem comprometer sua saúde e segurança. Ademais, pode-se gerenciar casos de afastamentos médicos, permitindo que o servidor retorne ao trabalho somente quando estiver apto, evitando reincidências e promovendo programas de readaptação, se necessário.

Diante de todo o exposto, faz-se necessário tal estudo de viabilidade, para analisar qual a melhor solução que o município pode implementar para lidar com tal situação.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A não elaboração do Plano Anual de Contratações (PCA) para o ano 2024 decorre das circunstâncias excepcionais que inviabilizaram a conclusão do plano no prazo estabelecido, conforme estipulado no Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. Comprometemo-nos a fornecer informações detalhadas sobre as contratações realizadas e a programação de futuras contratações, reafirmando nosso compromisso com a transparência e princípios legais de gestão pública.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Sustentabilidade

A contratação deverá se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, dentro do que for aplicável para realização das atividades, caso aplicável.

Requisitos de Infraestrutura

Por questão logística e de deslocamento de usuários, de modo a não onerar excessivamente o município tanto por questão de tempo de deslocamento e de recursos dispendidos para tal, a contratada deverá possuir consultório em local a no máximo 15 (quinze) quilômetros de distância da sede da Prefeitura Municipal, considerando para tal a distância por vias pavimentadas, aferida pelo serviço de mapa do *Google*.

Requisitos técnicos

Serão delimitados no Termo de Referência, no Tópico de Formas e critérios de seleção do fornecedor.

Da Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se trata de prestação de serviço que será feito de forma personalizada, para a realização de evento específico, e a aplicação de garantias pode tornar sua execução mais complexa.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

As quantidades a serem contratadas se baseiam primordialmente na quantidade de serviços possivelmente a serem prestados. Atualmente, o município conta com 510 servidores registrados em folha salarial.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1.	SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO E REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO E HOMOLOGAÇÕES DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL	SERV.	500
2.	EXAME DE ACUIDADE VISUAL	SERV.	500
3.	EXAME DE AUDIOMETRIA TONAL	SERV.	500
4.	EXAME DE EXPIROMETRIA	SERV.	500
5.	EXAME DE SAÚDE OCUPACIONAL ADMISSIONAL	SERV.	200
6.	EXAME DE SAÚDE OCUPACIONAL PERIÓDICO	SERV.	500
7.	EXAME DE SAÚDE OCUPACIONAL DEMISSIONAL	SERV.	200
8.	EXAME OCUPACIONAL PARA MUDANÇA DE FUNÇÃO	SERV.	100



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



9.	EXAME OCUPACIONAL DE RETORNO AO TRABALHO	SERV.	100
5. LEVANTAMENTO DE MERCADO			
Levantamento de Mercado para Contratação de Serviço de Conexão Dedicada			
Análise das Alternativas Disponíveis: Para identificar a melhor solução para o município realizar exames e consultas periódicas para os servidores, relativo à medicina do trabalho, foram consideradas diversas alternativas de mercado, incluindo:			
1. Contratação de clínica especializada em medicina do trabalho e saúde ocupacional			
Uma das alternativas mais comuns do mercado é o município contratar clínica especializada em saúde ocupacional e medicina do trabalho. Essas clínicas são responsáveis por realizar os exames necessários, além de manter os prontuários médicos dos servidores atualizados.			
As principais vantagens incluem a redução da necessidade de infraestrutura interna, possibilidade de realização de exames específicos, tal como acuidade visual e audiometria, além de maior garantia de que os exames estejam plenamente de acordo com a legislação vigente, como a Norma Regulamentadora NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO).			
Ressalta-se a importância de que a clínica esteja localizada em região de fácil acesso para os servidores.			
2. Estruturação de um serviço de realização de exames internamente			
A depender da demanda, pode ser vantajoso estruturar uma equipe de saúde ocupacional própria, composta por médicos do trabalho, enfermeiros, técnicos de segurança, dentre outros.			
As principais vantagens incluem um maior controle e acompanhamento dos servidores e redução dos custos com terceirização a longo prazo.			
Acontece que tal projeto requer investimento inicial em infraestrutura (consultórios, equipamentos para exames, etc.) e contratação de profissionais especializados. Além de envolver uma maior carga administrativa para gestão dos exames e prontuários. Considerando o tamanho do município com relação ao número de servidores do quadro (cerca de 500 funcionários), tal estruturação pode se tornar excessivamente onerosa para esta administração.			
3. Contratação de serviços especializados via plataforma de telemedicina			
Serviços de telemedicina para medicina do trabalho saúde ocupacional podem ser uma solução inovadora, especialmente para exames de retorno ao trabalho ou para consultas periódicas que não exigem a presença física do servidor, uma vez que reduz a necessidade de deslocamento dos servidores para consultas e realização de alguns exames.			
Ademais, existe a possibilidade de uma maior integração tecnológica com prontuários eletrônicos, facilitando o controle e a atualização dos dados médicos.			
Em contrapartida, alguns exames específicos (como audiometria e acuidade visual) ainda necessitariam ser feitos presencialmente, e, ademais, seria necessário garantir o acesso dos servidores à internet e a dispositivos compatíveis com o teleatendimento.			
Justificativa Técnica e Econômica: Considerando o porte do município com relação ao número de servidores, orçamento disponível e viabilidade e técnica, considera-se que a solução 1 é a mais vantajosa para o município, tanto em termos técnicos quanto econômicos.			
6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO			
Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).			



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



O valor estimado para esta contratação estará disposto em Pesquisa de Preço Consolidada, conforme critérios previstos na Lei nº 14.133/2021 e regulamentação própria.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de medicina do trabalho e realização de serviços de homologações de atestados e Atestados de Saúde Ocupacional (acuidade visual, audiometria, admissional, periódico, demissional, mudança de função, retorno ao trabalho), nos termos da Portaria Ministerial nº 3.214/78 e da Norma Regulamentadora nº 7.

O regime de execução será em empreitada por preço global.

Do detalhamento dos serviços:

1. Elaboração do LTCAT - Laudo Técnico das Condições dos Ambientes de Trabalho, incluindo medições, Químicas, Físicas e Biológicas (incluindo medições qualitativas e quantitativas dos agentes de riscos presentes nos ambientes de trabalho. Isso pode incluir análises de ruído, vibração, calor, entre outros, dependendo das características específicas de cada ambiente e/ou função. O quantitativo e a natureza das medições serão determinados com base nos requisitos legais e nas necessidades identificadas;
2. Elaboração do LTIP - Laudos de Insalubridade e Periculosidade;
3. Elaboração do PCMSO - Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional;
4. Elaboração do PGR - Programa de Gerenciamento de Risco;
5. Elaboração do GRO – Gerenciamento de riscos Ocupacionais;
6. Elaboração do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário e Laudo Extemporâneos;
7. Realização de Consultoria na efetivação dos programas desenvolvidos e realização de treinamentos conforme os programas, envio e gestão dos eventos de SST para o e-Social;
8. ASO – Admissional, Demissional, Mudança de Risco, retorno ao trabalho e periódico, inclusive com realização de exames complementares, quando necessários.

O quadro de servidores é de aproximadamente 510 funcionários.

A contratada garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

Quando solicitado, o licitante vencedor deverá apresentar todas as autorizações, certificados, licenças e demais documentos exigidos pela legislação vigente no ato da assinatura do contrato.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A CONTRATANTE se reserva o direito de, no ato da prestação dos serviços, após conferência qualitativa e quantitativa, exigir substituição ou reparação IMEDIATA daqueles que estejam em desacordo com o solicitado, independentemente das sanções a que está sujeito a CONTRATADO.

Os serviços deverão ser prestados em condições seguras, bem como deverão observar as normas técnicas dos órgãos reguladores, RESPEITANDO-SE RIGOROSAMENTE O PRAZO DE ENTREGA ESTABELECIDO, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sansão.

Na Emissão das Notas Fiscais, a descrição dos itens deverá estar conforme ordem de serviço, qualquer dúvida entrar em contato com o Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Geraldo, pelo telefone (32) 3556-1215, para eventuais explicações.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).

Justifica-se a adoção do critério de julgamento por menor preço global, para a adequada padronização dos serviços, tendo em vista que os itens são de mesma natureza e guardam estreita compatibilidade entre si, ficando o gerenciamento e fiscalização do cumprimento do objeto em disputa muito mais célere e eficiente, além do relacionamento jurídico com apenas um contratado mais simplificado.

Ademais, a perda de economia de escala decorrente dos custos de transporte, mobilização e desmobilização para licitação por item é evidente. Se a contratação for realizada por itens, cada fornecedor irá propor, para cada item, um custo referente a transporte, mobilização e desmobilização individualizado, ao passo que se o licitante obtiver a adjudicação de todos os itens, na forma global que se pretende, tais custos serão sensivelmente diluídos, posto que suportados por apenas uma empresa, qual seja, aquele que se sagrar vencedor. Logo, ao propor, sua respectiva proposta considerará tal realidade, qual seja, a adjudicação e todo o objeto e não apenas parte dele, fazendo com que proponha custos mais reduzidos para mencionadas etapas.

O objeto fica reunido em LOTE Único por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza. Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Atender às necessidades obrigatórias de continuidade dos serviços de dos serviços que visam atender e assessorar as demandas do Departamento de Recursos Humanos na área de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não necessárias providências prévias a serem tomadas para esta contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Não serão necessárias contratações correlatas para a referida contratação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Após uma minuciosa análise e avaliação conduzida no contexto da presente contratação, conforme orienta o inciso XII do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, verificou-se que a execução deste contrato não acarretará impactos ambientais significativos. Esta conclusão decorre da natureza específica do serviço



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



contratado, que, por suas características, não demanda o consumo intensivo de energia ou de outros recursos naturais, nem envolve processos que resultem na geração de bens ou refugos passíveis de logística reversa para desfazimento e reciclagem. Assim, confirmamos a ausência de impactos ambientais diretos decorrentes da implementação e operacionalização do serviço em questão, reiterando nosso compromisso com a sustentabilidade e a proteção ambiental..

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Diante do exposto, a contratação do serviço pretendido mostra-se dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 02 de outubro de 2024.

Sueli Maria Amorim Benhame
Diretora de Departamento Pessoal e Recursos Humanos